

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Santarém:

- _ Livro 297, notas do tabelião Hilário Rodrigues Martins, Cartório Notarial de Torres Novas (1730).

Documentos do antigo cartório da igreja do Salvador de Torres Novas:

- _ Livro das Visitações (1566-1591)
- _ Livro da Confraria do Santíssimo Sacramento da igreja do Salvador de Torres Novas /1670.

Bibliografia

- _ BICHO, Joaquim Rodrigues, «Acção assistencial de Confrarias e Misericórdias», *Nova Augusta*, nº 5, Câmara Municipal de Torres Novas, Torres Novas, 1981.
- _ GREGÓRIO, Paulo Renato Ermitão, *A Igreja da Misericórdia de Torres Novas (1572-1700)*, Edição da Câmara Municipal de Torres Novas, Torres Novas, 2003.
- _ _____, «A obra do mestre entalhador Manuel da Silva, na vila do Almonda (1685-1695)», *Nova Augusta*, nº 14, Câmara Municipal de Torres Novas, Torres Novas, 2002.
- _ _____, «Torres Novas – Sinais urbanos: do medievo ao moderno», *Nova Augusta*, nº 15, Câmara Municipal de Torres Novas, Torres Novas, 2003.
- _ GONÇALVES, *Mosaico Torrejano*, Edição do Jornal «O Almonda», Torres Novas, 1985.
- _ _____, *Torres Novas, subsídios para a sua história*, Edição do jornal «O Almonda», Torres Novas, 1987.
- _ PENTEADO, Pedro, «Confrarias», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, (Dir. Carlos Moreira Azevedo), Vol. A-C, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.
- _ TRINDADE, Margarida Teodora, «O livro das visitasões da Igreja do Salvador de Torres Novas», *Nova Augusta*, nº 16, Câmara Municipal de Torres Novas, Torres Novas, 2004.

Marco Liberato*, Helena Santos**

* Arqueólogo. Investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais da FCSH/UNL

** Arqueóloga

Algumas considerações em torno de dois elementos arquitetónicos alto-medievais de Torres Novas

As “pedras visigóticas” do Museu Municipal Carlos Reis, em Torres Novas, que originalmente faziam parte de um edifício religioso edificado entre os finais do século VI e a centúria seguinte, foram recuperados em 1993 no interior de uma torre do castelo de Torres Novas fazendo parte do seu piso, e dadas as amplas reformulações levadas a cabo naquele complexo militar entre as décadas de 40 e 60 do século XX, a sua aplicação na sobredita estrutura poderá ter ocorrido no âmbito dessas campanhas de reconstrução.

Introdução: estado da arte e problemáticas associadas

Os três séculos que medeiam entre a penetração dos povos germânicos no extremo ocidental da Península Ibérica e a invasão muçulmana de 711 constituem um dos períodos menos sistematizados pela historiografia portuguesa. Mau grado a multiplicação de estudos sobre estas cronologias nas últimas duas décadas, as dificuldades da abordagem à temática revelam-se desde logo na hesitação em torno da periodização aplicável. Alguns autores preferem referenciá-los como Antiguidade Antiga, assumindo uma leitura de forte continuidade com as estruturas sociais, políticas e administrativas do Baixo-Império, ainda que matizadas e adaptadas à ascensão de uma nova religião, o cristianismo (WOLFRAN, 2011, p. 11). Outras denominações correntes, como período «paleo-cristão» ou «visigodo» são evidentemente redutoras, centrando-se na superestrutura religiosa ou na estrutura política. Assim, optamos por utilizar o conceito de Alta Idade Média, designação exclusivamente comprometida com questões cronológicas. Esta escolha tem como base conceptual a constatação de que a evolução, entre os séculos V e VIII, dos esquemas de povoamento e exploração do território na Península Ibérica assumiu fortes diferenciações regionais.

No que diz respeito ao território atualmente português, podemos esboçar um quadro genérico, necessariamente matizável pelas realidades específicas de cada área geográfica. Nas latitudes mais setentrionais inicia-se um processo de desestruturação progressiva da organização administrativa e económica romana, baseada no binómio cidades/*villae*, assinalando-se

uma considerável retração planimétrica das urbes e uma acentuada dispersão das comunidades rurais, que se traduziu mesmo numa tendência para a autarcia ao longo do período medieval em zonas mais periféricas, como no Alto Mondego (TENTE, 2007, p. 110). Exemplos concretos deste processo podem ser observados na desarticulação progressiva da morfologia urbana imperial, a partir do século IV, em Conimbriga (MAN, 2006, p. 18) ou Braga (RIBEIRO, 2008, p. 281).

Já nas cidades meridionais verifica-se uma manutenção evidente das funções urbanas e uma dinâmica razoável dos contactos comerciais e culturais suprarregionais (GARCIA MORENO, 1998, p. 264). Assinale-se, entre outros, o caso de Mértola, onde ocorrem amplas campanhas de renovação urbanística durante os séculos V e VI, atestando-se também uma plena integração nos circuitos mediterrânicos, patente na utilização do alfabeto grego em alguns dos epítáfios deste período (MACIAS, 2006, p. 195). O que permite perspetivar uma estabilidade populacional, pelo menos nalgumas antigas *civitate*, bem como a continuidade dos esquemas de exploração do território envolvente, muito embora nalgumas *villae* se identifiquem grandes alterações funcionais entre os séculos V e VIII (RIPPOL e ARCE, 2001, p. 25)¹.

¹ De facto, contrastando com a abordagem clássica em voga durante grande parte do século passado, em que visões romanófilas e positivistas decretavam sistematicamente o abandono súbito destas explorações agrícolas sob o fogo das «invasões bárbaras», sucedem-se os casos de intervenções recentes que demonstram a perdurabilidade da ocupação (ou reocupação) de *villae* romanas, que podem mesmo atingir a Idade Média Plena, como em Milreu\Estoi (TEICHNER, 1994), Montinho das Laranjeiras\Almodôvar (COUTINHO, 1993), Monte da Cegonha\Vidigueira (ALFENIM e LOPES, 1995) ou Frielas\Loures (SILVA e BARBOSA, 2003), para nos quedarmos com exemplos do território atualmente português.

Nesta conjuntura, a região entre Tejo e Mondego afirmar-se-ia como uma área de charneira entre duas realidades que importa estudar e sistematizar. Daí que, no estado atual da investigação, duas pedras lavradas provenientes deste âmbito geográfico, se possam afirmar como elementos suficientes para equacionar algumas problemáticas relacionadas com este período de transição.

Os elementos arquitetónicos: funcionalidade, programas decorativos, integração cronológica

Uma das peças corresponde indiscutivelmente a uma imposta ou cimácio² (figura 1), um elemento arquitetónico que em si mesmo é um elemento de integração cronológica. A sua utilização relaciona-se com a afirmação de um modelo construtivo que recorria preferencialmente às arcarias no momento de modelar os diversos espaços funcionais de um edifício e decorre da necessidade de criar uma área mais extensa para apoiar a descarga dos arcos (figura 3). Começa a ser utilizado na Península Ibérica a partir do século VI (CRUZ VILLALÓN, 1995, p. 239).

Esta atribuição funcional baseia-se na forma da peça, recuperável a partir dos fragmentos existentes – com exceção da totalidade do comprimento – bem como na ocorrência de um motivo decorativo num alçado lateral, denunciando que o mesmo se encontrava visível na base de um arco e se integrava no programa decorativo de um edifício religioso.

O alçado principal apresenta um trifólio ladeado por duas rosáceas de oito pétalas

² Só é possível diferenciar estes elementos *in situ*. A segunda designação só se aplica se encimar uma coluna (CRUZ VILLALÓN, 1995, p. 239).

com relevo em bisel, dois elementos bastante frequentes nas gramáticas decorativas visigodas, enquadradas por um friso que recorre ao tema do cordão, motivo também amplamente utilizado no mesmo âmbito cultural. O alçado lateral, embora bastante destruído, apresentaria o mesmo tipo de friso rodeando integralmente uma rosácea.

As dificuldades são maiores quando se trata de propor uma funcionalidade para o segundo elemento (figura 2), uma vez que este se encontra truncado em ambas as extremidades. Apresenta decoração apenas numa face, composta por duas cruces patadas sucessivas e uma eventual rosácea de oito pétalas, de que sobreviveram apenas três. Representação que seria limitada por um friso com o tema do cordão, sendo que atualmente este só surge numa das arestas. Esta associação de motivos pode ser observada em Tomar (PONTE, 1995, p. 517), mas também em paragens mais distantes geograficamente como Beja, onde surge numa imposta datada do século VII (CORREIA, 1993, p. 62) ou na lápide funerária de Euresio, recuperada em Cabra, Córdova, com a mesma datação (GIL e GONZÁLEZ, 1977, p. 457). Ocorre ainda em peças de Elvas (WOLFRAN, 2008, p. 289).

Assinale-se, por fim, a fraca qualidade do trabalho escultórico, com uma acentuada assimetria nos motivos com base geométrica, como as rosáceas que eram teoricamente «projetadas» a partir de círculos secantes (CRUZ VILLALÓN, 1995, p. 320). É também evidente uma delimitação rudimentar e tosca de todos os elementos, o que na nossa opinião significa que foram lavrados por mão de obra pouco especializada, significando certamente que o *atelier* onde foram produzidos se encontrava numa posição de periferia técnica face a centros produtores mais dinâmicos.

Significados culturais e (eventualmente) políticos do programa decorativo

Sendo um período de acentuado regionalismo artístico, os programas decorativos e em especial os aspetos estilísticos permitem estabelecer centros, em geral cidades episcopais, denominados pelos investigadores por «grupo» ou «escola» (WOLFRAM, 2011, p. 54), que influenciavam a produção num aro geográfico alargado. A presença de volutas/gavinhas nas extremidades das cruces patadas de Torres Novas, pormenor característico da área de influência de Conimbriga/Coimbra³ (MACIEL, 1996, p. 186) permite entrever relações culturais com a bacia do Mondego. A dinâmica desta cidade episcopal em período visigodo é denunciada pela presença de oficinas de cunhagem de moeda entre 586 e 640 (ALARCÃO, 2004, p. 17) e, indiretamente, pela área de ascendência cultural que pode ser observada pela presença daquele particularismo decorativo em elementos arquitetónicos provenientes de Abiul (ALMEIDA, 1959, p. 72) ou Eira Pedrinha (MACIEL e PESSOA, 1992/1993, p. 217). A julgar pelas volutas das cruces que decoram uma placa de vedação proveniente de Tomar (PONTE, 1995,

³ Fora deste âmbito geográfico só conhecemos cruces patadas com volutas em Mértola (ALMEIDA, 1963, estampa XI) e em Arles, França (ARAGONESES, 1953, extra texto), sendo que neste caso, ao contrário da coluna recuperada na cidade alentejana, a posição e orientação são absolutamente semelhantes, pelo que poderão manifestar contactos culturais com o reino Merovíngio. As osmose culturais entre áreas aparentemente distantes são comuns neste período. Basta pensar na diocese de Britania, estabelecida em 589 na atual Galiza, que enquadrava os fiéis oriundos das Ilhas Britânicas ou a ascendência húngara de S. Martinho de Dume, bispo de Braga, na mesma centúria (ROVIRA, 1990, p. 66).

p. 517), a mesma estender-se-ia para sul, atingindo a antiga *civitas Sellium*, por intermédio da qual o motivo terá penetrado nos programas decorativos vigentes, em torno do século VII, nas áreas a sul da Serra de Aire e patentes nas pedras torrejanas.

De facto, na opinião de Jorge de Alarcão, a separação entre *Scallabis* (Santarém) e *Sellium* provavelmente «corria pelo paralelo de Torres Novas» (ALARCÃO, 1995, p.48), o que significaria relações privilegiadas com Tomar desde período romano. Mas a integração na área de difusão cultural de Conimbriga/Coimbra estará diretamente relacionada com a penetração dos povos germânicos e com a sua distribuição pela península. A importância de *Sellium* na organização territorial saída das invasões de 409 encontra-se definitivamente comprovada, sendo referida no Paroquial Suevo em 569 (CONDE, 1996, p. 32), quando era uma das seis paróquias do bispado de Conimbriga, certamente definindo a «fronteira» com a área de implantação visigoda, estruturada em torno das dinâmicas cidades do Vale do Tejo, Lisboa e Santarém. Relações culturais que, a admitirmos uma cronologia para estes elementos arquitetónicos centrada no século VII, se terão mantido após a unificação política da península sob a égide visigoda no reinado de Leovigildo, mais concretamente em 585.

Da igreja visigótica ao castelo de Torres Novas. Uma hipótese de percurso.

Estes elementos arquitetónicos, que originalmente fariam parte de um edifício

religioso edificado entre os finais do século VI e a centúria seguinte, foram recuperados em 1993 no interior de uma torre do castelo de Torres Novas, fazendo parte do seu piso (Câmara Municipal de Torres Novas, 1994, p.135). Dadas as amplas reformulações por parte da DGMEN, levadas a cabo naquele complexo militar entre as décadas de 40 e 60 do século XX, a sua aplicação na sobredita estrutura poderá ter ocorrido no âmbito dessas campanhas de reconstrução.

De acordo com os dados disponíveis atualmente não é possível equacionar uma estruturação de Torres Novas, enquanto povoação de cariz urbano, num momento anterior ao século XII, pelo que cremos terem sido transportadas de um outro local para o castelo⁴, em cronologia desconhecida. De facto as pedras lavradas foram sucessivamente reutilizadas, sendo que a imposta, entre a sua utilização num edifício religioso e o piso da torre onde foi descartada, terá ainda incorporado uma ombreira de porta, na medida em que apresenta um orifício que, com toda a probabilidade, corresponde ao apoio de uma tranca. Ambas as pedras

⁴ A razão para o seu reaproveitamento estará certamente relacionado com as características da matéria-prima que consiste num calcário fino, razoavelmente dúctil, mas muito mais resistente que os tufos que constituíam o material de construção mais comumente utilizado na região de Torres Novas até ao século XX. Como se pode observar, por exemplo, no aparelho do castelo, este elemento está disseminado por todos os panos de muralha, mas os cunhais das torres foram reforçados pelo recurso sistemático a pedras mais resistentes. De facto, muitas vezes peças visigodas surgem incorporadas em edifícios castrenses (WOLFRAM, 2011, p. 54) o que não espanta, dados os volumes de matéria-prima necessários à sua construção. No caso da imposta (figura 1, segunda vista), uma das faces apresenta um sulco central que poderá corresponder a uma marca de canteiro. No entanto, toda a superfície apresenta fendas de indubitável origem natural, pelo que não podemos afirmá-lo categoricamente.

apresentam inscrições epigráficas, mas o reduzido campo, bem como o seu grau de conservação, dificultam uma integração cronológica rigorosa, mas poderão ser de época romana, o que assinalaria um quarto momento funcional, prévio à modelação da decoração alto-medieval.

Saliente-se que as limitações tecnológicas das sociedades pré-industriais, dificultando a extração e modelamento de materiais de construção, induziram muitas vezes ao recurso ao saque de estações arqueológicas, onde se recolhiam blocos de bom material já parcialmente aparelhado. Este processo encontra-se referenciado em várias escavações onde se assinalam valas de espólio, mas também em fontes escritas (MAN, 2006, p. 20), como no caso do transporte, em 1710, de um arco da cidade romana da *Ammaia* para ser incorporado na fortaleza de Marvão (CANÁRIO, 1996).

Na envolvente de Torres Novas, a *villa* denominada de Cardílio, assume-se como o local de origem mais provável destes elementos arquitetónicos⁵. Em primeiro lugar por ser reconhecida como sítio arqueológico desde tempos recuados⁶. Esta constatação empírica da existência de construções anteriores, habilitavam-

⁵ Reconheça-se desde já que este exercício de hipóteses carece de novas investigações, nomeadamente uma abordagem exaustiva aos materiais já exumados em campanhas anteriores ou mesmo novas intervenções no local que as poderão confirmar ou afastar definitivamente.

⁶ No século XVIII, a percepção da antiguidade das suas ruínas escorava mesmo um “mito genésico” - comum a várias povoações portuguesas - que afirmava que a urbe da época se estruturara a partir da deslocação de povoadores, provenientes de um assentamento primevo entretanto abandonado. Como informa o pároco de Santa Maria no âmbito das Memórias Paroquiais, nas Ferrarias localizava-se «um largo campo semeado de antigos telhões», assinalando o sítio onde antes se localizava a «antiga povoação» (LOPES, 1996, p. 264).

-na certamente como pedreira, como aliás se regista mesmo no século XX⁷.

Cumulativamente e mesmo sem aceitar definitivamente um datação «visigótica» para uma placa cerâmica proveniente deste arqueossítio, atualmente exposta no museu municipal de Torres Novas (TVRRES, s.d.), uma reinterpretção dos artefactos recolhidos na *villa* romana, permite equacionar uma permanência da sua ocupação ao longo da Alta Idade Média. Desde logo pela frequência de numismas, alguns recolhidos «sobre os mosaicos e sobre os pavimentos de *opus*» (PAÇO, s.d., p. 2), cunhados pelos imperadores do Ocidente, Honório (384-428), e do Oriente, Arcádio (395-408). Não sendo verosímil uma imediata chegada destas moedas, após a sua emissão, a uma paragem distante do Império, podemos interpretá-las como sinónimo de vitalidade assinalável e de integração plena numa economia monetarizada, ainda durante o século V.

Assinale-se também a identificação de três moedas emirais, depositadas no Museu Municipal de Torres Novas e cujas fichas de inventário indicam a *villa* Cardílio como local de proveniência. Foram já alvo de um estudo aprofundado, que as enquadrrou como emissões com a data extrema de 822 e que concluiu que não podem ser sinónimo de ocupação do sítio em época islâmica que, a ter existido, seria «certamente testemunhada por mais que três numismas» (CARREIRA, 2007, p. 358). Não concordamos com essa interpretação. Por um lado é indiscutível que as abordagens metodológicas a sítios romanos vigentes durante grande parte do século passado

⁷ Em torno de 1963, Afonso do Paço regista que um trabalhador que laborava na campanha de escavações, reconheceu ter destruído um mosaico anos antes, que identificara ao deslocar-se ao local para recolher pedra para construir uma moradia para o irmão. (PAÇO (a), s.d., p. 2)

negligenciaram sistematicamente as realidades materiais posteriores⁸. Cumulativamente, a cultura material emiral ainda hoje é dificilmente individualizável e, nalgumas áreas geográficas como no Algarve Oriental, só a partir de meados do século IX se observa um corte claro, «islâmico» com as soluções derivadas do período clássico (CATARINO, 1997\98, p. 821 e 824), o que aliás confundiu muitas vezes os investigadores, sendo exemplo paradigmático as escavações luso-francesas em Conimbriga, que classificaram de tardo-romanas produções claramente enquadráveis nos séculos VIII-IX e mesmo mais tardias (MAN, 2006, p. 102). Assim parece-nos verosímil que os *dirhams* correspondam à ocultação de um pequeno tesouro, o que poderá não significar uma ocupação islâmica do sítio, mas pelo menos uma indicação que as suas ruínas eram ainda uma marca indiscutível na paisagem, realidade dificilmente compaginável com um abandono do sítio há mais de quatro séculos⁹.

⁸ Tome-se o caso da *villa* de Milreu, em Estoi. Muito embora inscrições de suras do Corão nas suas colunas evidenciassem uma ocupação islâmica, até às escavações da equipa do Instituto Arqueológico Alemão, em 1991, não tinham sido reconhecidos «vestígios de povoamento ou unidades estratigráficas» dessas cronologias, logo identificados durante essa mesma campanha (TEICHNER, 1993, p. 91).

⁹ Uma última nota, neste arrolar de informações que permitem equacionar uma manutenção da ocupação de Cardílio para além do século V, Manuel Heleno, em 1939, nas suas notas assinalou que o «povo ainda lhe chama “vila” de (Santantoninho)» (APMH, p.7), topónimo que se fixará posteriormente, em estudos de âmbito académico, como Santo Antoninho (PAÇO, s.d., p.5). Creemos que poderá corresponder à memória da existência de uma antiga igreja, sacralizando sucessivamente o mesmo local durante séculos, mas já desaparecida no século XX. Assinale-se ainda que o mesmo investigador identificou uma «camada de calça» sobre os mosaicos, que equacionou tratar-se de «construção posterior?» à villa baixo-imperial (APMH, p.2).

Conclusões prévias.

Assumindo que os elementos arquitetónicos são de facto provenientes das proximidades do atual núcleo urbano de Torres Novas, podemos concluir que durante o período alto-medieval, as áreas a sul da serra de Aire encontravam-se ocupadas por comunidades integradas nas dinâmicas culturais que perpassavam a península, sinalizadas pela edificação de um edifício religioso cristão, cuja decoração demonstra adesão às correntes estéticas e programáticas da época. Na ausência de outros elementos – como a existência de um povoado de tipo urbano – consideramos plausível que, à semelhança do ocorrido noutras explorações agrícolas peninsulares semelhantes, a *villa* romana designada de Cardílio seria ainda um elemento central da exploração do território e o local onde essa mesma igreja se ergueu. Os seus habitantes, embora partilhando o aparato religioso, as opções estéticas e os valores culturais

de Coimbra e Tomar, encontravam-se numa posição de evidente periferia face a estes centros locais mais dinâmicos, revelados pela falta de destreza do lapicida a que recorreram, para plasmar as composições decorativas.

Para além dos dados diretamente relacionados com estes elementos arquitetónicos, assinala-se que a região de Torres Novas, num momento em que as fronteiras políticas se definiram na linha do Tejo, se «setentrionalizou», gravitando no aro de influência não das cidades do estuário do Tejo, mas antes – certamente por intermédio da cidade de Tomar – de Coimbra. Uma pista interessante para se abordarem as soluções de povoamento numa conjuntura posterior, mas em que os equilíbrios políticos eram, pelo menos geograficamente, semelhantes: o período entre a conquista definitiva de Coimbra em 1064 e de Santarém em 1147, pelos cavaleiros cristãos. Temática interessante, mas que se afasta definitivamente dos objetivos deste artigo.

Fontes primárias

Museu Municipal Carlos Reis, em de Torres Novas:

- _ Fichas de inventário nºs 1873 – 1875
- _ PAÇO, Afonso; (s.d.) – «Moedas da campanha de 1963», texto datilografado.
- _ PAÇO(a), Afonso; (s.d.) – «Villa de Cardilio (ruínas luso-romanos de Torres Novas). I – Algumas observações sobre a primeira campanha (1963)», texto datilografado.

Museu Nacional de Arqueologia:

- _ Arquivo Pessoal Manuel Heleno (APMH) – 2 / 1 / 19 / 1

Bibliografia

- _ ALARCÃO, Jorge de, *O domínio romano em Portugal*, 3.ª edição, Mem-Martins, Europa-América, 1995.
- _ ALARCÃO, Jorge de, *In territorio Colimbric: lugares velhos (e alguns deles deslembrados) do Mondego*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2004.
- _ ALFENIM, Rafael A.E.; LOPES, Maria da Conceição Lopes (1995) – «A basílica paleocristã/visigótica do Monte da Cegonha (Vidigueira)» in *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, nº IV, pp. 389-399
- _ ALMEIDA, D. Fernando de; (1959) «Pedras visigodas de Abiul», *Conimbriga*, nº 1, Coimbra, Instituto de Arqueologia/Universidade de Coimbra, pp. 71-74.
- _ ALMEIDA, F. de (1962) – «Arte visigótica em Portugal». *O Arqueólogo Português*, nova Série, nº 4, Lisboa, [s.n.], pp. 5-278.
- _ ARAGONESES, Manuel Jorge (1953) – «Nuevo caso de aprovechamiento de material entre los canteros de Alfonso II», *Archivum: Revista de la Facultad de Filología*, tomo 3, Oviedo, Universidade de Oviedo, pp. 31-48.
- _ Câmara Municipal de Torres Novas (1994) – «Castelo de Torres Novas. Sondagem Arqueológica. Relatório Preliminar», *Nova Augusta*, nº 8, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 129 – 140.
- _ CANÁRIO, Joaquim, «Intervenção de abertura do Encontro de Estudos de Fortalezas Medievais», 1996. http://www.alentejodigital.pt/arqueologiacv/encontro_fortalezas.htm [consultado em 05-06-2012]
- _ CARREIRA, Carlos (2007) – «Os 3 dirhams do Museu Municipal Carlos Reis», *Nova Augusta*, nº 19, Torres Novas, Município de Torres Novas, pp. 331 – 359.
- _ CATARINO, Helena (1997/98) – «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados», 3 vols, *Al'Ulyā*, nº 6, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé.
- _ CONDE, Manuel Sílvio Alves; (1996) – *Tomar Medieval*, Cascais, Patrimonia.
- _ CORREIA, Susana (coord.) (1993) – *Núcleo Visigótico – Museu Regional de Beja*, Beja, Museu Regional de Beja.
- _ COUTINHO, Hélder M.R. (1993) – «Cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras», *Arqueologia Medieval*, nº 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 39-54.
- _ CRUZ VILLALÓN, Maria (1985) – *Mérida visigoda. La escultura arquitectónica y litúrgica*, Badajoz, Diputación Provincial/Departamento de Publicaciones.
- _ GIL, Juan; GONZÁLEZ, Julián (1977), «Inscripción sepulcral de un noble visigodo de Igabrum.», *Habis*, nº 8, Sevilha, Universidad de Sevilha, pp. 455-461.
- _ LOPES, João Carlos (1996) – *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII. As memórias paroquiais*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, 2ª edição.
- _ MACIEL, M. Justino; (1996) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, Edição do Autor, 1996, p.186.
- _ MACIEL, M. Justino; PESSOA, Miguel (1992/1993) – «As pedras visigóticas de Eira Pedrinha – *Conimbriga*, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL, nº 6, pp. 211-218.

- _ MAN, Adriaan de (2006) – *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média.*, Lisboa, Edições Silabo.
- _ PONTE, Salette da; (1995) – «Presença paleo-cristã em Tomar», *Atas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 1995, pp. 515-521.
- _ RIBEIRO, Maria do Carmo Franco (2008) – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho.
- _ RIPPOL, Gisela; ARCE Javier; (2001) «Transformación y final de las villae en occidente (siglos IV-VIII): problemas y perspectivas», *Arqueologia y Territorio Medieval*, nº 8, Jaén, Universidad de Jaén, pp. 21-54.
- _ ROVIRA, José Orlandis (1990) – «Algunas consideraciones en torno a los orígenes cristianos en España», *Antigüedad y cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía*, nº 7, Murcia, Universidad de Murcia, pp. 63-72.
- _ SILVA, Ana Raquel, BARBOSA, Pedro (2003) – «Cerâmica de tradição muçulmana da Uilla romana de Frielas (Loures)», *Arqueologia Medieval*, nº 8, Porto, Edições Afrontamento, pp. 109-118.
- _ TEICHNER, Felix (1994) – «Acerca da villa romana de Milreu/Estói. Continuidade da ocupação na época árabe», *Arqueologia Medieval*, nº 3, Porto, Edições Afrontamento, pp. 89-100.
- _ TENTE, Catarina (2007) – *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste Serra da Estrela*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- _ TVRRES (s.l) – Núcleo permanente de história do concelho, Museu Municipal de Torres Novas.
- _ WOLFRAM, Mélanie; (2011) – *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitânia. Arqueologia-ArquitECTURA-Epigrafia*. Dissertação de doutoramento em História – variante de Arqueologia [policopiada] apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Anexo I

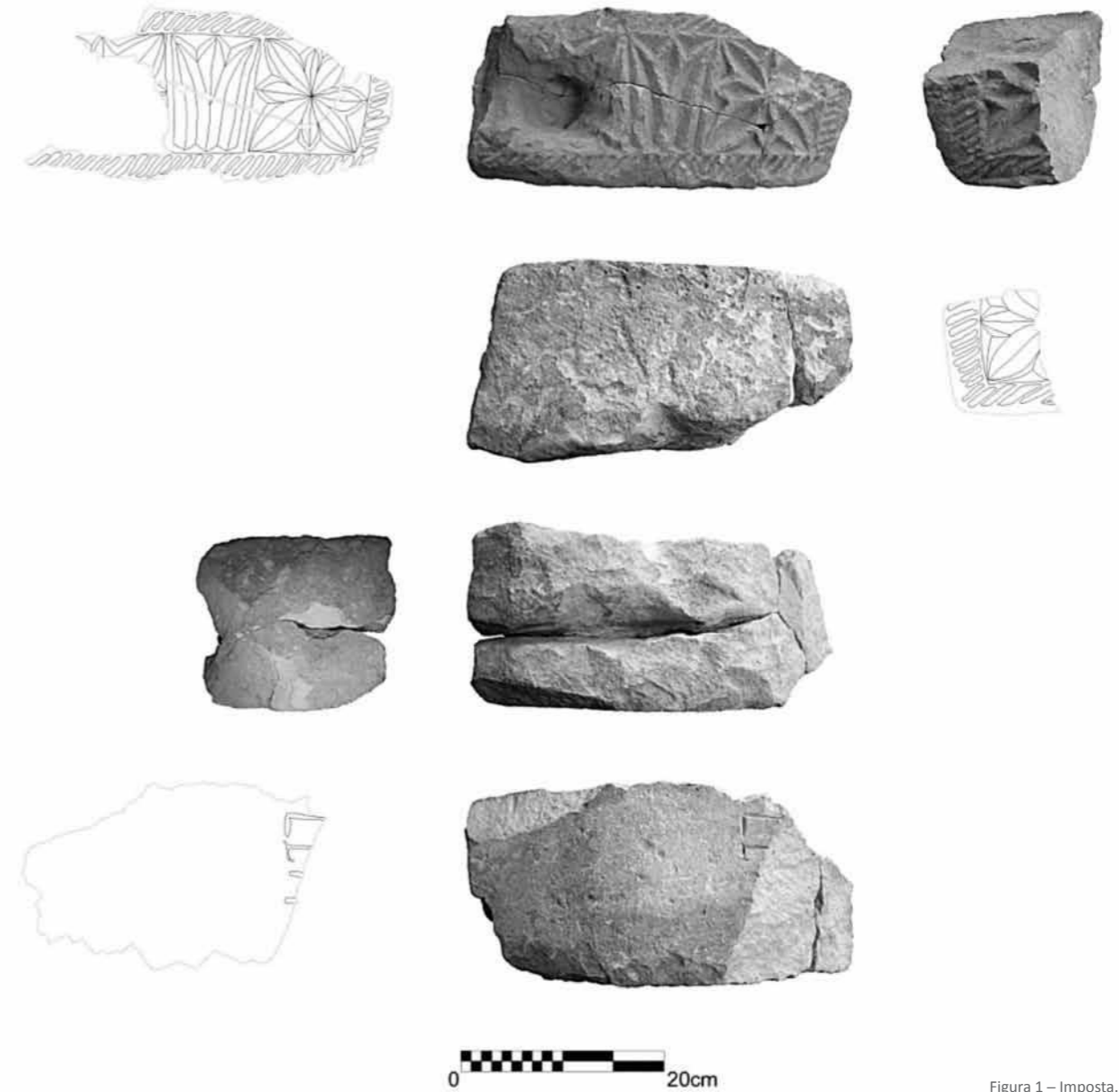


Figura 1 – Imposta.

Anexo II

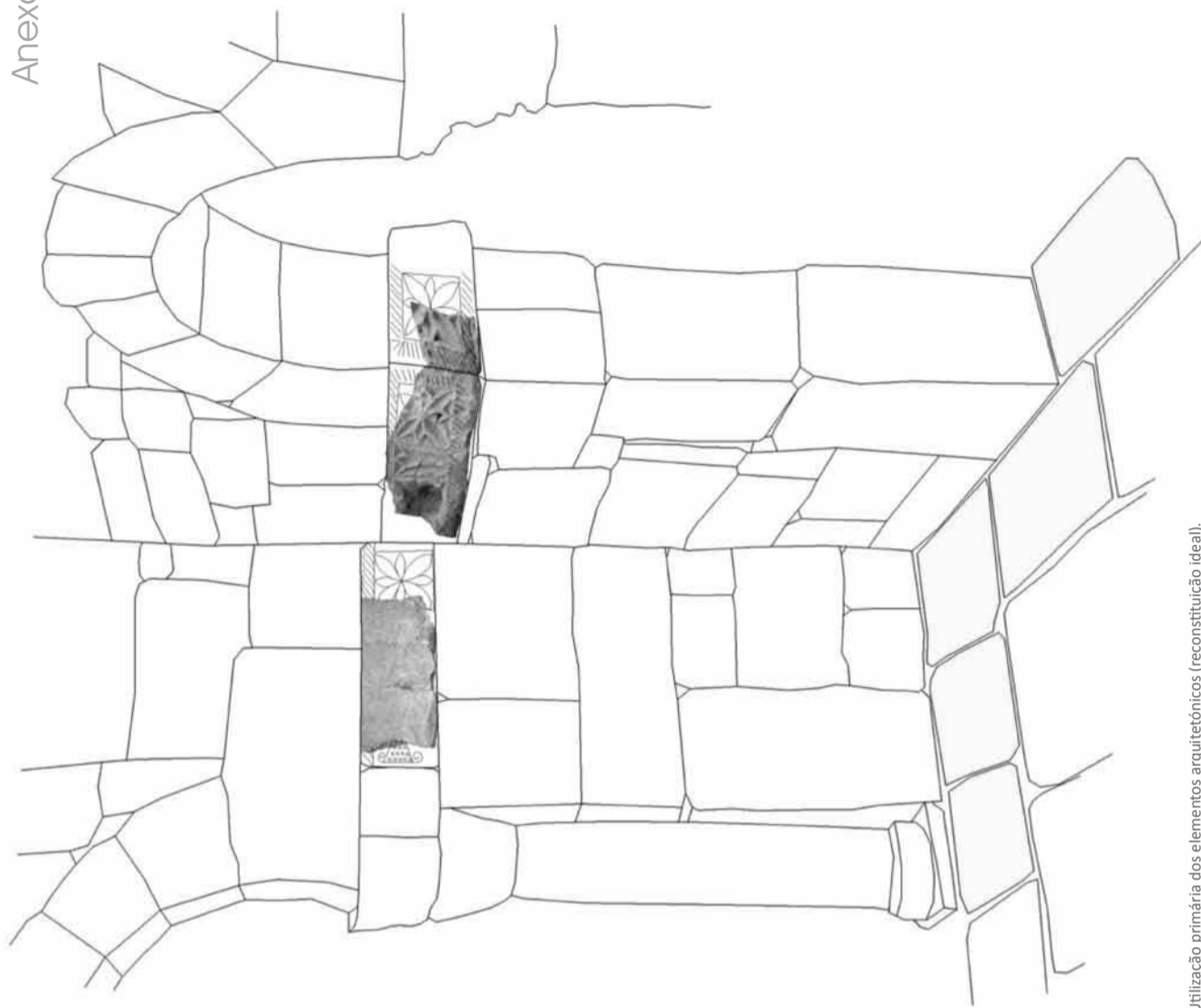


Figura 3 – Utilização primária dos elementos arquitetónicos (reconstituição ideal).

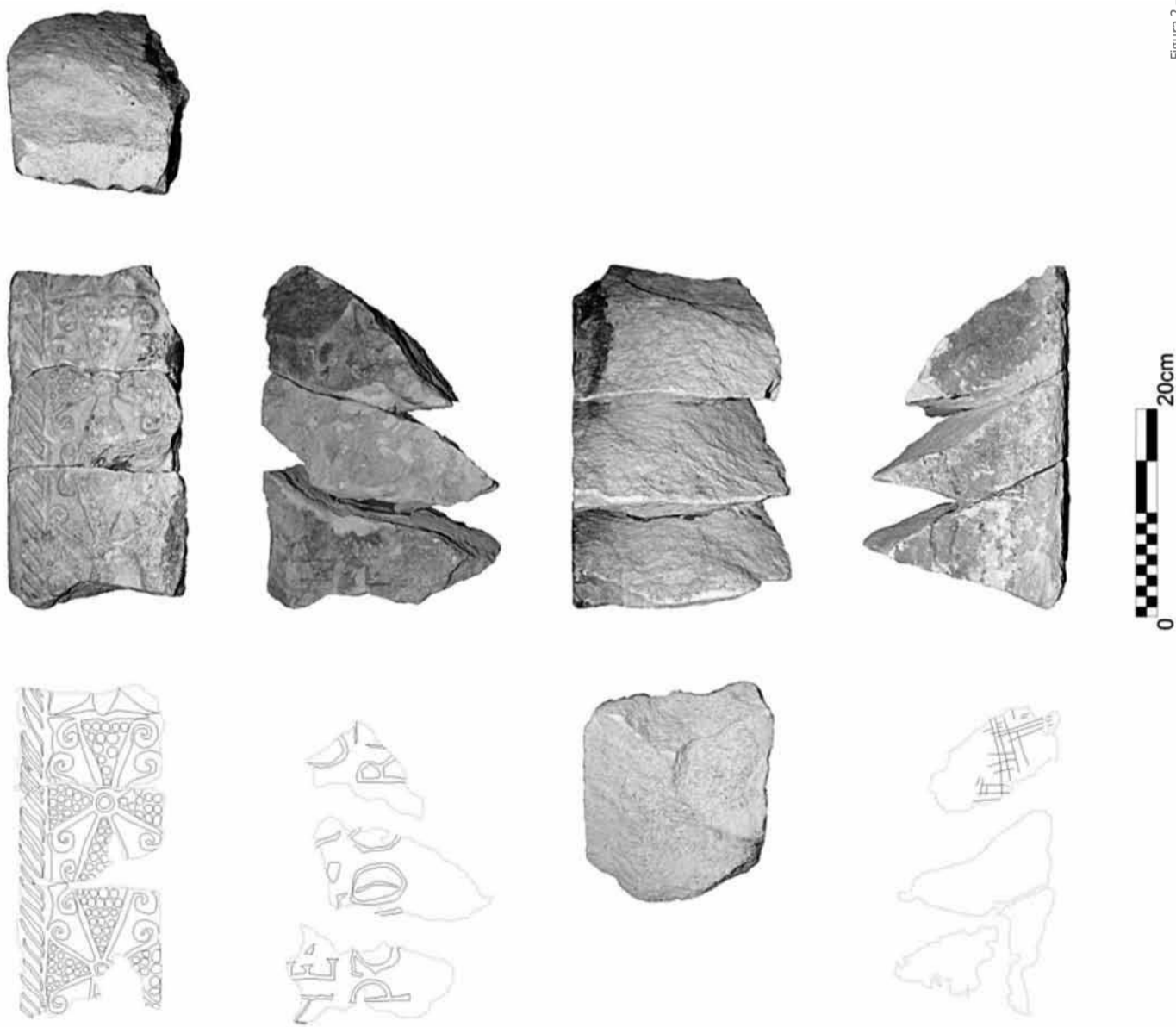


Figura 2 – Friso

Cátia Salvado Fonseca

Licenciada em História e mestre em Museologia e Património Cultural, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Museóloga.
catia_salvado@hotmail.com

Margarida Relvas: uma jovem fotógrafa amadora de dimensão internacional

Margarida Relvas foi uma fotógrafa amadora de alguma visibilidade internacional e a sua obra distingue-se da de seu pai, Carlos Relvas, por sofrer influências da escola de Barbizon (França). Foi uma artista fotógrafa que utilizava as lentes das câmaras fotográficas como forma de prolongar o olhar, uma vez que o seu objetivo não era tanto a fotografia em si, mas o desenho e a pintura a aguarelas e a óleo. A fotógrafa valorizava a luz, elemento essencial na pintura, destacando ou enaltecendo os pormenores de uma determinada paisagem ou cenas da vida quotidiana, fazendo lembrar as pinturas naturalistas de Anunciação, de Lupi, de Silva Porto, ou de José Malhoa ou as aguarelas de Roque Gameiro.